



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGE/CMS 12.03.07

ASSUNTO: ATA DA 92ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 12 DE MARÇO DE 2007.

Aos doze dias do mês de março de dois mil e sete, às dezoito horas e quarenta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde em sua 92ª Assembléia Geral Extraordinária, sob a presidência da Sra. Ana Maria Groff Jansen. Estavam presentes: Paulo Fernando Vieira, Marlene Bonow Oliveira, Marileia Gastaldi Machado Lopes, Odete Acordi Diener, Tarcísio Crócomo, Beatriz Schumacher, Josué Fernandes, Pedro Jorge C. Moralez, Nilza Cristina L. Afonso Valor Gonçalves Wilhelmsen, Deise Gomes, Jeovane Nascimento do Rosário, Tânia Maria Crescêncio, Valdir Martins Lampa, Lila Gerusa N. P. Abreu, Elizabeth Fischer, Nelson Renato Esteves, Cátia Mendes Ramthum, Narcizo Schaeffer Feijó, Rosane Krueger, Isolde da Costa, Arodi Francisco de Oliveira, Sônia João Antunes, Nilse Victória Gomes, Lindomar Spindola de Oliveira, Antonio Coelho, Idalécio Tobias Benk, Germano Koch, Ildo Ceccato, Angelina Sombrio, Nilton G. Meurer, José Martins, Rosinete Fátima F. Neto, Terezinha Amorim de Castro, Osni Leopoldo Batista, Suelen Cácia Cordeiro, Maria Conceição B. Altrack, quatro representantes de Conselhos Locais de Saúde, servidores da Secretaria Municipal de Saúde, estudantes do IELUSC e do CEFET. A pauta estava assim constituída. **1- EXPEDIENTES E INFORMES: 1.1** Comunicados diversos; **2- ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação da proposta revisada do Plano Plurianual 2008 da Secretaria Municipal de Saúde. **3- ASSUNTOS DIVERSOS.** A Presidente fez a abertura da reunião cumprimentando a todos e questionando à Plenária se havia alguma inclusão de pauta. Foram aprovadas as seguintes inclusões: **3.1** Não publicação da Resolução do Conselho Municipal de Saúde referente a Agenda e Quadro de Metas 2006 – conselheira Rosinete; **3.2** Necessidade de um posicionamento do Conselho Municipal de Saúde quanto ao contingenciamento de recursos federais para a saúde- enfermeiro Douglas; **3.3** Paralisação dos Pronto Atendimentos 24 Horas-Sra. Marileia; **3.4** Paralisação dos Pronto Atendimentos 24 Horas e um incidente ocorrido no bairro Escolinha- Sra. Ester. **1- EXPEDIENTES E INFORMES.** Não houve leitura de informes. Passou-se a Ordem do Dia. **2.1** Apresentação da proposta revisada do Plano Plurianual 2008 da Secretaria Municipal de Saúde. Sr. Hamilton apresentou a previsão de receitas: convênios, programas e incentivos federais, estaduais, recursos municipais e outras receitas. Colocou que teria uma previsão de receita de R\$ 169.912.700,00. Lembrou que os recursos em 2007 ficou em R\$ 157 milhões e que estavam prevendo um crescimento de 7 a 8% para 2008. Disse que iria apresentar a nova forma de financiamento do SUS, pois no ano de 2007 haveria a necessidade de prestar contas com o Ministério de Saúde de acordo com os cinco blocos instituídos. Apresentou o primeiro bloco correspondente à Atenção Básica da União e suas respectivas receitas: Piso de Atenção Básica – Fixo, Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Programa Saúde da Família. Quanto aos rendimentos daqueles recursos teriam que ser gastos com Atenção Básica. O segundo bloco apresentado foi a Média e Alta Complexidade/União, dos Estados e os rendimentos financeiros da Média e Alta Complexidade. O bloco da Vigilância Sanitária/União e os rendimentos financeiros fizeram parte do terceiro bloco apresentado. O quarto bloco, era referente à Assistência Farmacêutica da União, do Estado e os rendimentos financeiros dentro daquele bloco. O Bloco de Gestão da União se referia a Programas para modernização da gestão. Colocou ainda que dentro d bloco de gestão estavam os rendimentos financeiros. Apresentou outros convênios da União, do Estado e os rendimentos financeiros, recursos próprios, compreendendo outras receitas como salário-família, vale transporte e recursos de auditoria. Expôs a previsão de gastos com pessoal, com Hospitais, Clínicas e Laboratórios, Medicamentos e Materiais de Consumo, outros serviços de terceiros, obras e instalações, equipamentos e materiais permanentes, com o Consórcio Intermunicipal de



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGE/CMS 12.03.07

Saúde e com os médicos dos Pronto Atendimentos. Hamilton lembrou que era uma proposta que estava sendo apresentada e que logo após aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde seria encaminhada para a Secretaria de Planejamento da Prefeitura. Ao ser colocado o assunto em discussão pela Presidente alguns conselheiros e convidados se dispuseram a questionar. A conselheira Rosinete questionou se a Escola Municipal de Saúde estava sendo administrada pela Secretaria ou pela FUNDAMAS. Como estava a parceria. Sr. Hamilton colocou que os profissionais da FUNDAMAS elaboraram o pré-projeto e encaminharam para a Secretaria da Saúde para o envio ao Ministério da Saúde, por se tratar de projeto na área de saúde. Sra. Marileia complementou dizendo que a administração da Escola de Saúde era da FUNDAMAS, que era ligada à Secretaria de Educação. “Os recursos vêm através do Fundo, não através da Prefeitura”. “Temos um CNPJ próprio do Fundo Municipal de Saúde”, completou Sr. Hamilton. Rosinete colocou que era uma atividade prioritária da área de educação em saúde. “Na melhor das hipóteses, vamos rachar responsabilidades, saúde e educação”, disse. A Presidente lembrou que o Pré-Projeto da Escola de Saúde havia sido aprovado no Plenário do Conselho em 2005, mas não havia saído ainda. Segundo ela, o Pré-Projeto já estava cadastrado como Projeto no Ministério da Saúde, sujeito à pauta como os demais. Caso fosse solicitada sua exclusão deveria passar por uma discussão no Conselho. Sr. Osni questionou se havia alguma política de combate ao desperdício ou de aproveitamento de material reciclável, tendo em vista as despesas com medicamentos e materiais de consumo no valor de 25 milhões. Segundo Sr. Hamilton, existia. Os serviços vinham aumentando muito e com aquele orçamento tinham que fazer um rigoroso controle. Comentou que todas as Gerências e Coordenações estavam participando de um Programa do Ministério da Saúde chamado GESPÚBLICA, onde eram elaboradas ações que viriam trazer eficácia aos recursos do SUS, inclusive iriam aderir ao plano de modernização de órgãos públicos, que eram ferramentas necessárias para o controle. Iniciaram com os pregões presencial e estavam se organizando para o pregão eletrônico, que acarretaria um número maior de proponentes e um melhor preço. Quanto a qualidade de materiais, disse que instituíram uma Comissão de Qualificação. Acrescentou que a Secretaria Municipal de Saúde estava trabalhando em toda a implementação do sistema de informática com o objetivo de agilizar desde o processo de saída de materiais e medicamentos do almoxarifado e o valor do gasto com estes materiais. D. Ester pediu esclarecimentos sobre a verba dos agentes comunitários, se seria para qualificação ou pagamento de abono. Segundo Sr. Hamilton a verba era para manutenção do Programa. Quanto à questão do salário vinha de recursos municipais, já previstos, porém a Prefeitura estava com dificuldades de implementar o abono. Jeovane questionou se a despesa com o salário dos médicos dos Pronto Atendimentos, no valor de R\$ 2 milhões, incluía a produtividade. Sr. Hamilton esclareceu que se tratava de uma previsão, porém estava previsto acabar com a produtividade. Douglas lembrou que em 2005 foi aprovada a Escola de Saúde da FUNDAMAS, mas que geraria uma contrapartida com recurso do Fundo Municipal. Disse que ficaria claro que a Secretaria Municipal de Saúde estaria cedendo recurso a outra Secretaria, para a qual a Escola estaria subordinada. Hamilton lembrou que estariam sendo beneficiados no que dizia respeito a disposição de salas para capacitação e treinamento. Douglas disse estar questionando o aspecto legal. A conselheira Sonia questionou o porquê de estar sendo apresentados dois valores para a reforma e a construção da Regional Fátima. Segundo Hamilton, por prudência, haviam colocado um valor para atender necessidades urgentes da Regional, caso o projeto de construção não fosse aprovado no Ministério da Saúde. A Presidente fez três questionamentos: Quanto ao bloco da Vigilância, seria Vigilância Sanitária ou Vigilância em Saúde, pois aquele bloco contemplava as três Vigilâncias: a sanitária, a epidemiológica e a ambiental. Segundo Ana, estaria faltando recursos da Epidemiológica. A



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGE/CMS 12.03.07

Epidemiológica estaria dentro do teto financeiro da Vigilância Sanitária, colocou Wilson. A partir da nova forma de financiamento, a Secretaria Estadual de Saúde não teria mais repasse mensal de recursos da Vigilância Sanitária, questionou. Desde o ano anterior já estava vindo direto de transferências da União. A Presidente chamou a atenção para aquela questão porque algumas verbas deixaram de aparecer por terem sido incorporadas em outros componentes. Onde estaria incorporado os recursos para tratamento psiquiátrico, perguntou Segundo ela, era um recurso da União no valor de 56 mil reais, além da farmácia básica. Sr. Hamilton informou que logo após aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde seria encaminhado à Secretaria de Planejamento para até 31 de março ser apresentado à Câmara de Vereadores. Rosinete disse que tinha dificuldade em entender a parceria com a FUNDAMAS. Entendeu que a Secretaria da Saúde estaria responsável pela construção da sede da Escola de Saúde, a justificativa é que a Secretaria poderia estar usando aquele espaço para ministrar cursos. “Isto seria próprio da Saúde ou da Educação?, e a contrapartida como ficaria?” Disse que a Educação também deveria ter verbas do Ministério. Sugeriu encaminhar à Comissão de Assuntos Internos para análise, caso não fossem esclarecidas as dúvidas existentes. Marlene lembrou que o objetivo da reunião extraordinária era o esclarecimento do assunto, não concordando com o encaminhamento a CAI. Idalécio propôs a aprovação com ressalvas. Jeovane sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde fizesse um esclarecimento para colocar em aprovação ou não. A Presidente colocou em aprovação quatro propostas: 1- Se os esclarecimentos sobre a Escola de Saúde fossem elucidados, seria aprovado o Plano. Caso contrário, seria encaminhado à CAI. 2- Aprovação do Plano Plurianual 2008. 3- Aprovação com ressalva. 4- esclarecimentos com aprovação. Aprovado, por maioria de votos, a primeira proposta. Para esclarecimento quanto a Escola de Saúde, Sra. Marileia disse ser um pré-projeto para uma Escola de capacitação. “A pertinência de avaliar o financiamento é do Ministério da Saúde. A contrapartida é da Prefeitura Municipal de Joinville”, completou. Segundo ela, estavam tentando ocupar um espaço para formação de profissionais de saúde. A conselheira Odete questionou se seria a transformação da FUNDAMAS em Escola de Saúde Pública. Rosinete sugeriu a possibilidade do Conselho Municipal de Saúde providenciar um documento formal que garantisse a contrapartida da Secretaria de Educação, para que os futuros conselheiros tivessem conhecimento da questão. Colocou que não teriam a garantia de que a contrapartida seria da Saúde ou da Educação. Hamilton observou que todas as contrapartidas até aquele momento estavam sendo da Prefeitura Municipal. Por prudência, estariam colocando no orçamento. Sra. Marileia sugeriu fazer uma ressalva na Resolução. Douglas colocou que não deveria se discutir a questão do mérito. Falou que o Governo Federal estava utilizando recursos do bolsa família justificando que tinha tudo a ver com saúde. “Estamos fazendo com que o Ministério da Saúde, através da Secretaria Municipal da Saúde, invista numa área que é correlata, mas que não é da nossa responsabilidade”. Ana esclareceu que o Ministério da Saúde tinha fonte de recursos específica para Escolas de Saúde Pública. “A questão aqui é a contrapartida”, porque se foi encaminhado um pré-projeto para o Ministério da Saúde e foi aprovado é porque existia uma fonte de recursos que o Ministério tem desenvolvido e implementado. As reformas, ampliação e adequação das Escolas de Saúde Pública eram feitas com recursos do Ministério da Saúde, vinculados à Secretaria de Estado da Saúde completou. Sra. Marileia colocou que o que estava sendo discutido era a questão da contrapartida. Poderia estar sendo feita uma recomendação. Jeovane sugeriu também como recomendação que a Escola de Saúde Pública fosse gratuita. Douglas sugeriu a exclusão do item do orçamento da saúde. Tânia resgatou e ratificou a Escola da FUNDAMAS como Escola de Saúde Pública, fomentadora, centro de excelência em pesquisa em relação aos recursos humanos do SUS. Colocou que era temerário incentivar e investir em



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGE/CMS 12.03.07

algo que não se tinha a certeza do que iria acontecer e de como iria acontecer. Colocou ainda que era fundamental para a Secretaria de Saúde ter uma Escola de Saúde Pública fomentando e capacitando os recursos humanos. Achou que aquele item deveria ser retirado do planejamento. Marlene sugeriu que aquela questão fosse excluída do Plano Plurianual 2008 e planejada para o PPA 2009, para haver a possibilidade de discussão e maior entendimento a respeito. Hamilton colocou que estavam tendo a oportunidade de receber o recurso devido a inscrição do pré-projeto e adiar para 2009 seria uma perda de tempo. A Presidente colocou as seguintes propostas em aprovação: 1- aprovação através de uma resolução, ressalvando que a contrapartida fosse da FUNDAMAS (Secretaria de Educação); 2- exclusão do item de financiamento do orçamento na saúde; 3- exclusão do item no Plano Plurianual da Saúde, com inclusão no Plano Plurianual da Educação; 4- Transferir para o Plano Plurianual de 2009. Aprovado, por maioria dos conselheiros presentes, a aprovação da primeira proposta, com a ressalva de que a contrapartida fosse da Secretaria de Educação e Cultura. **3- ASSUNTOS DIVERSOS. 3.1** Não publicação da Resolução do Conselho Municipal de Saúde referente a Agenda e Quadro de Metas 2006. Rosinete colocou que o Relatório de Gestão 2006 da Secretaria Municipal de Saúde trazia as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde e dentre elas estava a Resolução 29 – Agenda e Quadro de Metas 2006, que, conforme o Relatório, não havia sido publicada até aquele momento. Se o Relatório era composto pelo resultado da Agenda, como seria aprovado um documento por um produto gerado por algo que não existia, questionou. Segundo ela, havia uma questão jurídica que deveria ser verificada o mais rápido possível. Aprovado, por maioria dos conselheiros presentes, o pedido de esclarecimento de quais medidas deveriam ser tomadas a respeito do assunto, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, até a próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde no dia 26 de março. **3.2** Necessidade de um posicionamento do Conselho Municipal de Saúde quanto ao contingenciamento de recursos federais para a saúde. Douglas colocou que havia trazido há quinze dias atrás um manifesto dos Governadores e dos Secretários Estaduais de Saúde que desvinculava recursos da saúde em função da Emenda Constitucional 29. Havia tentado se reunir com a Comissão para agilizar um posicionamento, mas não foi possível devido ao compromisso de alguns membros. Mostrou sua preocupação quanto a tomada de um posicionamento do Conselho Municipal de Saúde contrário a manifestação. Conforme a Presidente, era necessário maior agilidade daqueles que se dispunham a participar de uma Comissão, completou. **3.3** Paralisação dos Pronto Atendimentos 24 Horas. Sra. Marileia colocou que o município possuía uma rede de Pronto Atendimentos para atendimento às urgências. Disse que atualmente estava acontecendo um enxarcamento na porta dos PAs, principalmente pela resolutividade, provocando uma demanda muito grande, inclusive pela reforma da emergência do Hospital Hans Dieter Schmidt e da ampliação do Hospital Municipal São José. Foi instituída uma lógica de pagamento aos médicos plantonistas, que quanto mais produziam mais ganhavam, resultando em exaustão e stress para os profissionais. Colocou que os médicos ganhavam de seis a quinze mil reais. Acrescentou ainda, que estavam em negociação com os médicos desde setembro de 2006 e que a situação passava por um reordenamento do fluxo e por ampliar o PA da Zona Sul. antes mesmo de construir o PA do Aventureiro. Colocou que os médicos procuraram a Secretaria Municipal de Saúde e disseram que paralisariam o atendimento do PA. A Secretaria chamou todos os médicos e colocou que o caso não era de paralisação, mas de sentar e dialogar, pois a população é quem sofreria. Os médicos colocaram que ganhavam R\$24,07 por hora, porém queriam ganhar R\$ 41,92 por hora plantão. Poderia levar esta reivindicação para a Prefeitura, mas no momento em que fosse dado este aumento para os plantonistas, os dentistas e demais categorias também iriam querer e com toda razão. Colocou aos médicos que poderia estar melhorando a infra-estrutura, mas ainda tinha



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA AGE/CMS 12.03.07

o problema com materiais, que necessitaria passar por uma licitação. Acabaram por aderir a paralisação. O Prefeito recebeu o Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, mas não houve acordo. Os médicos só não podiam deixar de atender as emergências, completou. Como para lá se dirigem 60% de uma demanda que não era de lá, selecionaram três Postos de Saúde: o Jarivatuba, o Saguauçu e o Bucarein para prestar atendimento até a meia noite do dia 12 e 13 de março, completou. A negociação com a Secretaria de Saúde estava totalmente aberta na busca de soluções. Entendia que a solução seria encaminhar urgentemente o Plano de Carreira, Cargos e Salários à Câmara de Vereadores para ser analisado, cuja hora do plantonista do PA seria de R\$ 39,3, quase chegando ao valor que eles pediam. Pediu a compreensão dos conselheiros.

3.4 Paralisação dos Pronto Atendimentos 24 Horas e um incidente ocorrido no bairro Escolinha- Sra. Ester. Falou que vinha acompanhando a tentativa de implantação do Plano de Carreira a muitos anos. Caso não houvesse pagamento justo, não haveria profissional. A Presidente colocou o assunto em discussão. Os conselheiros José Martins, Nelson, Osni, Jeovane e Dr. Tarcísio se dispuseram a questionar. Sr. Martins colocou que a Sra. Marileia falava de uma maneira, porém o Prefeito Municipal, conforme veiculado no Jornal “A Notícia”, falava de outra. Disse que a implantação do Plano de Carreira dos Servidores já era uma luta de longa data. O conselheiro Nelson propôs o acompanhamento e a avaliação da paralisação dos Pronto Atendimentos pelos profissionais médicos, trazendo o resultado para a próxima reunião do dia 26 de março. Sr. Osni colocou que no Brasil havia muita injustiça social por causa da disparidade salarial. Exemplificou dizendo que os Governadores aposentados ganhavam valores exorbitantes e que, em sua opinião pessoal, os enfermeiros, os professores e os policiais deveriam ser muito bem pagos. Jeovane lembrou que os odontólogos também aderiram à greve. Questionou se os médicos cumpriam a carga horária. Segundo a Presidente era de, no mínimo, 60 horas de trabalho. Dr. Tarcísio sugeriu trazer o representante da Comissão dos Médicos para dar informações a respeito da situação dos PAs e o Secretário de Administração para que esclarecesse como estava o Plano de Carreira, Cargos e Salários do município. Em resposta ao conselheiro Jeovane, a Sra. Marileia esclareceu que os Pronto Atendimentos trabalhavam sobre uma outra ótica, no mínimo, de 60 horas. Poucos profissionais não cumpriam as 60 horas, mas estava sendo exigido que o fizessem. Porém ganhavam por produtividade, o que, segundo ela, respondia a uma determinada época. Considerava a política errada. Foram colocadas pela Presidente três propostas para aprovação: 1- Acompanhamento pela Comissão de Assuntos Externos sobre a paralisação dos médicos e odontólogos dos PAs; 2- A vinda do Secretário de Administração, Sr. Fábio, para esclarecimento de como foi construído o Plano de Carreira, Cargos e Salários do Servidor Público na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde; 3- Participação da Comissão de Paralisação dos Médicos e Odontólogos dos PAs na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde. Aprovadas, por maioria dos conselheiros presentes, as três propostas apresentadas.

3.4 Paralisação dos Pronto Atendimentos 24 Horas e um incidente ocorrido no bairro Escolinha. Sra. Ester colocou que uma senhora do bairro Escolinha foi reivindicar saúde e não conseguiu ser atendida. Os profissionais chamaram a Polícia Militar e ela saiu algemada. Como o assunto não havia sido encaminhado formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, a Presidente pediu a Sra. Ester que o fizesse, e que voltasse o assunto ao Conselho Municipal de Saúde para relato das medidas tomadas. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, às vinte e uma horas e quinze minutos, da qual, eu, Marly, lavrei a presente Ata.